



# II CONGRESSO ONLINE INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO



Educação, Direitos Humanos e Acessibilidade

14 A 18 DE JUNHO DE 2021

## EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA REVISÃO DE LITERATURA COM ÊNFASE EM ADMINISTRAÇÃO

Congresso Online Internacional de Educação, 2ª edição, de 14/06/2021 a 18/06/2021  
ISBN dos Anais: 978-65-89908-25-8

JÚNIOR; ISMAEL LEMES VIEIRA <sup>1</sup>

### RESUMO

#### EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA REVISÃO DE LITERATURA COM ÊNFASE EM ADMINISTRAÇÃO

### RESUMO

O presente estudo se desenvolve, a partir da conceituação e caracterização da política pública, que incide na educação, de forma a também evidenciar a ênfase administrativa que norteia a política. O objetivo central da pesquisa é realizar a relação entre as políticas públicas e a educação, de forma a destacar os parâmetros da administração, para fazer a política pública acontecer. A metodologia corresponde a uma revisão de literatura, através de uma pesquisa qualitativa e exploratória, de modo a tecer uma discussão em como é instituída a política pública e como esta se torna presente no campo da educação. A educação é um direito a ser garantido pela constituição, e pelo Estado, sendo uma das áreas que deve-se medir esforços, para além dos programas que a se tem, promover uma melhoria de acesso e de qualidade no ensino e gestão da educação. Dessa forma se coloca em debate os mecanismos de uma política pública, e os processos que determinam as diretrizes do campo da educação, assim como os projetos para os públicos específicos que se tem demanda para o Estado.

Palavras-chave: Educação. Política Pública. Administração.

### INTRODUÇÃO

O presente estudo emerge sobre as políticas públicas em educação, de forma a demonstrar como é a dinâmica, no contexto administrativo e político, para se realizar ações consoantes a esse campo. Diante disso, vê-se a educação como um dos principais pilares de acesso à mobilidade social, e um direito básico de cada indivíduo.

Pedro Demo (1994) reitera que "A cidadania organizada delega ao Estado funções importantes em termos de sedimentação de canais de participação, a começar pela educação" Nesse contexto, se verifica um papel inicial e importante do Estado, que atua no formato de políticas, para se dar o acesso a um bem primordial que é a educação. A ênfase administrativa de uma política pública, se dá pelo conjunto de projetos, programas e atividades realizadas pelo Governo, de forma a atender as demandas, e concretizar o direito que dispõe a constituição, o direito à educação para todos, como dever do Estado.

O objetivo central da pesquisa é realizar as intermediações entre as políticas públicas e a educação, tendo como objetivos específicos I. Retratar o campo administrativo da política pública em educação II. Caracterizar a política pública III. e Explicitar as políticas existentes em educação.

<sup>1</sup> FACULDADE ALBERT EINSTEIN, ismael.jr@terra.com.br

## MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa se inicia a partir de uma revisão de literatura, acerca da temática da administração e sua relação com as políticas públicas em educação. Para compreender o que existe de literatura acerca desta, se utilizará o descritor "Administração e Políticas Públicas em Educação". A pesquisa tem caráter qualitativo, e exploratório na medida em que se realiza a discussão qualitativa da relação da temática da administração, no território das políticas públicas em educação.

Utiliza-se a pesquisa qualitativa compreendendo que, a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, valores e outros fatores que não podem e/ou não devem ser quantificados (MINAYO, 2009), e por considerar que uma abordagem quantitativa não contemplaria as múltiplas expressões dos fenômenos que serão abordados. O método de pesquisa exploratório foi escolhido com o objetivo de buscar maior aproximação com o objeto de estudo.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Constituição Federal do Brasil em seu arcabouço legislativo traz no seu artigo 205, que a educação, é direito a todo cidadão e dever do Estado e da família (BRASIL, 1988). Para atingir esse ordenamento jurídico foi necessária a criação de ferramenta capaz de atingir através de ações os diferentes grupos e setores da sociedade, a fim de garantir os direitos fundamentais aos cidadãos. Nesse sentido, surgem as Políticas Públicas. Essa ferramenta de direito público e privado se mostra como fundamental para a execução de direitos básicos à sociedade. É por meio da organização social ou do Estado que ações, projetos e/ou programas são realizados em função de uma determinada demanda exigida pelos cidadãos em questão.

Para isso, salienta a qualificação da educação, bem como viabiliza o desenvolvimento da cidadania para a categoria preterida na sociedade. De modo geral, Armani (2009, p. 18) elucida que "Basicamente, um projeto é uma ação social planejada, estruturada em objetivos, resultados e atividades baseados em uma quantidade limitada de recursos (humanos, materiais e financeiros) e de tempo." O projeto, em suma, assume potencialidade ao ser inserido no campo de programas e/ou políticas no âmbito público.

As Políticas Públicas podem ser executadas em quatro maneiras: políticas públicas distributivas são responsáveis em distribuir serviços, bens e quantias apenas a uma parcela da população; políticas públicas redistributivas são retiradas o dinheiro de um fundo e redistribuído conforme a necessidade independentemente do valor da contribuição; políticas públicas regulatórias são medidas que regulam os comportamentos, podem tomar forma de lei; e políticas públicas constitutivas são as responsáveis em determinar por quem, como e quando as políticas públicas podem ser executadas (TODOS PELA..., 2020). É imperioso o entendimento das possibilidades de execução de uma Política Pública e como elas são orientadas para assim ser escolhida uma abordagem que melhor se integre com os objetivos de um determinado grupo.

As Políticas Públicas podem ser entendidas sob duas ênfases: política e administrativa. Sob a ótica política é entendido como um processo de decisão, onde o Governo decide o que fazer ou não fazer. E a ênfase administrativa se dá pelo conjunto de projetos, programas e atividades realizadas pelo Governo. Nesse sentido, é importante o entendimento sobre a ênfase administrativa, pois, é em cima das ações que a Política Pública é avaliada e se está em conformidade com os objetivos pretendidos de seus idealizadores (ANDRADE, 2016).

As Políticas Públicas podem ser usadas para exigir, em forma de projetos, ações e programas e lei, que o Estado se posicione frente às fragilidades de inúmeros grupos. Em sua maioria as exigências englobam direitos básicos, como: saúde, segurança, meio ambiente e educação. Esta última pode ser visualizada nos projetos executados pelo Estado, os mais conhecidos são: Educação para Jovens e Adultos (EJA), Programa Universidade para Todos (PROUNI), Programa Brasil Alfabetizado. Desta forma, é visível a importância que as Políticas Públicas têm na vida cotidiana dos cidadãos.

Especificamente na área de Educação e considerando as dificuldades históricas apontadas por diversos atores da sociedade política e civil, é urgente a execução de Políticas Públicas que visem incrementar projetos que apoiem a valorização dos moldes da Educação, seja ela formal ou informal. Como apresentado, existem projetos e programas que utilizam a universalização da Educação como sua "bandeira" (LENZI, 2021). A Educação é direito garantido na Constituição Federal e melhor detalhada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação no qual define as orientações necessárias para a execução do ensino nas diversas etapas.

Uma das possibilidades ao longo dos anos, no sentido de gestão escolar, foi a melhoria do ensino com o projeto político-pedagógico, que teve sua origem no período de reformas na década de 1980. O projeto político pedagógico trabalha na perspectiva de organização, planejamento e política da escola, para um melhor funcionamento da mesma. A gestão deve ser trabalhada em vínculo com o planejamento pedagógico, sendo mais tarde promulgado a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº9394/96, que promulga a instituição de um modelo de ensino.

## CONCLUSÃO

Como se pode identificar, as políticas públicas constituem-se mecanismos do Estado para possibilitar o acesso à direitos comuns, como a educação, provendo de programas e projetos que possam permitir que determinados grupos, acessem diferentes demandas da educação, como é o caso da educação para Jovens e Adultos (EJA), que tem um formato a se adequar com o público específico. Se fez até aqui uma pesquisa parcial, que pode se desenvolver de uma forma a melhor dispor sobre os programas e possibilidades existentes na educação.

Esse modelo de atuação, é importante, de forma a ser pensado para que as ações que vão ser tomadas, rescindida sobre um determinado grupo de forma positiva e responsável. Portanto, assim como em outras áreas, a educação precisa de Políticas Públicas eficientes que considerem as diversas realidades existentes no Brasil. Assim, projetos e programas de Educação permitem que os cidadãos possam ter acesso a outras esferas além de melhorarem suas condições.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Danilo. **Políticas Públicas: o que são e para que servem? (2016)**. Disponível em: <https://www.politize.com.br/politicas-publicas/>. Acesso em: 21 mai. 2021.

ARMANI, Domingos. **Como elaborar projetos?:** guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.

BRASIL. **Constituição Federal**, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 24 mai. 2021.

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. Papyrus Editora, 1994.

FONSECA, Marília; DE OLIVEIRA, João Ferreira. A gestão escolar no contexto das recentes reformas educacionais brasileiras. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 25, n. 2, 2009.

LENZI, Tie. **Políticas públicas na educação: quais são e quem faz? (2021)**. Disponível em: <https://www.todapolitica.com/politicas-publicas-na-educacao/#:~:text=As%20pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas%20de%20educa%C3%A7%C3%A3o,qualidade%20do%20ensino%20do%20pa%C3%ADs..> Acesso em: 22 mai. 2021.

LIMA, Licínio C.; AFONSO, Almerindo Janela. **Reformas da educação pública:** democratização, modernização, neoliberalismo. Edições Afrontamento, 2002.

SILVA, Odair Vieira da. Trajetória histórica da educação escolar brasileira: análise reflexiva sobre as políticas públicas de educação em tempo integral. **Revista científica eletrônica de pedagogia-ISSN**, 2010.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **O que é uma Política Pública e como ela afeta sua vida?**(2020). Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/o-que-e-uma-politica-publica-e-como-ela-afeta-sua-vida/>. Acesso em: 23 mai. 2021.

**PALAVRAS-CHAVE:** Administração, Educação, Política Pública